

CAF BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE

REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA VERDE E O POWERSHORING

SUMÁRIO

COMO LIDERAR A AGENDA
DE SUSTENTABILIDADE?

4

CLIMA E MERCADOS

22

UMA BREVE
HISTÓRIA DO TEMPO

31

NOVA GEOGRAFIA DOS
INVESTIMENTOS?

7

EM BUSCA DO
CRESCIMENTO PERDIDO

28

QUEM VAI LIDERAR A
MANUFATURA VERDE?

34

POWERSHORING

10

SERVIÇOS E A MODERNA
POLÍTICA INDUSTRIAL

25

OS DESAFIOS E
OPORTUNIDADES PARA
IMPLEMENTAR E FINANCIAR A
INDÚSTRIA VERDE NA REGIÃO

37

POWERSHORING II

13

O VAI E VEM DA GEOGRAFIA
DOS INVESTIMENTOS

19

INVESTIR NA AMÉRICA
LATINA. SERÁ?

42

QUAL POLÍTICA
INDUSTRIAL?

16

Esta coletânea de textos foi especialmente preparada para a Conferência: “O Powershoring e a Neointustrialização Verde do Brasil – Perspectivas, Potencial, Políticas Públicas e Privadas”, organizada pelo Ministério da Indústria e Comércio – MDIC, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe – CAF, no dia 15 de agosto de 2023, em Brasília, DF.

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2023



COMO LIDERAR A AGENDA DE SUSTENTABILIDADE?



Há muito que crescimento econômico elevado é objetivo de política econômica na América Latina e Caribe (ALC). Mas o PIB per capita da região cresceu um modesto 0,9% ao ano em média no período de 1980 a 2021, com desvio padrão de 2,6%. Ou seja, temos experimentado a indesejável combinação de crescimento baixo com volatilidade alta, o que limita as possibilidades de melhoria da qualidade de vida. Gastos públicos descontrolados, inflação alta, política monetária instável, alta exposição a choques externos, investimento minguado, produtividade baixa, diversificação econômica baixa e informalidade alta têm sido companheiros de viagem da região. A aspiração de convergência da qualidade de vida para padrões internacionais razoáveis é, portanto, um sonho ainda distante de ser realizado.

Para romper com esse suposto destino, será preciso, dentre outros, promover atividades econômicas que a região tenha vantagem comparativa e competitiva e que gerem muitos empregos de qualidade. Uma dessas apostas é a agenda de sustentabilidade, mas desde uma perspectiva que vá além da adaptação e mitigação. Afinal, a ALC pode ousar em razão de sua inigualável riqueza natural e biológica. No entanto, toda essa riqueza tem sido pouco aproveitada como plataforma de promoção do desenvolvimento.

Como avançar? Dentre os caminhos mais promissores estão o desenvolvimento científico e tecnológico, inovações e novos modelos de negócio associados à sustentabilidade e as chamadas finanças sustentáveis.

De fato, a região já demonstrou as suas potencialidades em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), como o programa de motorização com etanol, a descoberta de novas moléculas e suas aplicações, produtos químicos sustentáveis, tecnologias para a agricultura e mineração sustentáveis, gestão inovadora de águas e florestas,

dentre tantas outras tecnologias com alto impacto na diversificação e sofisticação econômica. Porém, tudo isto tem ocorrido em escala ainda limitada.

Nas finanças sustentáveis, ainda há um caminho por percorrer. Embora o mercado global de finanças sustentáveis esteja crescendo a passos largos, apenas uma fração se destina à região. De acordo com a UNCTAD, o mercado de finanças sustentáveis está expandindo rapidamente tanto em número de instrumentos e emissões quanto em valor e estima-se que o estoque de produtos financeiros sustentáveis tenha sido de US\$ 5,2 trilhões em 2021, um aumento de 63% em relação a 2020. Ali estão incluídos fundos sustentáveis, títulos verdes, sociais e de sustentabilidade mista, créditos de carbono voluntário, dentre outros instrumentos. No entanto, a maior parte daqueles produtos é domiciliado e direcionado a ativos em países avançados.

A modo de exemplo, a emissão global de títulos sustentáveis ultrapassou US\$ 1 trilhão em 2021, mas a ALC respondeu por apenas 4,4% daquele montante. A maioria das economias emergentes enfrenta barreiras para desenvolver os seus próprios fundos sustentáveis. Isto pode ser explicado, ao menos em parte, pelo limitado tamanho dos mercados e pela percepção de risco. O green-washing constitui outro desafio. Evidências mostram que muitos dos projetos ditos sustentáveis são autorrotulados. Embora esses produtos tendam a superar os seus pares em termos de sustentabilidade, análises preliminares revelam baixo desempenho e sugerem que muitos projetos podem não atender às suas credenciais de sustentabilidade. Já projetos que combinam escopo ambiental e social têm tido alinhamento limitado com as comunidades locais e com a Agenda 2030.

A certa pausa na agenda de mudanças climáticas dos países avançados provocada pelas preocupações com



A emissão global de títulos sustentáveis ultrapassou US\$ 1 trilhão em 2021



a recente crise das energias fósseis é uma oportunidade única para a ALC se reposicionar com maior protagonismo na agenda internacional de sustentabilidade. Mas o que a ALC precisa fazer para realizar todo o seu potencial e ousar mais?

É preciso abraçar um plano de trabalho ambicioso, mas realista. Esse plano deverá incluir o aumento dos investimentos em C,T&I voltados para a sustentabilidade, apoio à startups, desenvolvimento de ecossistemas de empreendimento e capital de risco, capacitação, formação de gestores e colaboração com centros internacionais de C,T&I de referência em sustentabilidade.

O plano também deverá promover as finanças sustentáveis, o que requer fortalecimento institucional e regulatório, regulação setorial específica, cadastro de terras, governança, supervisão, monitoramento, auditorias, certificação, taxonomia, padronização, rastreabilidade, regulação de informes de sustentabilidade de empresas, melhoria da qualidade dos projetos e combate ao green-washing. Também será importante tratar de riscos sistêmicos do clima e suas repercussões no setor financeiro, incluindo a transição climática e a proteção ambiental nos mandatos de governança, estratégia, gestão de risco, tomada de decisão de investimento e práticas de divulgação de gestoras de ativos, bancos e seguradoras. E também será importante garantir coerência entre finanças sustentáveis e políticas fiscais, tecnológicas, setoriais e de capacitação. Tudo isto dará maior respaldo, segurança, confiabilidade e previsibilidade aos instrumentos financeiros e será determinante para a atração de recursos para a região.

Finalmente, será importante engajar todas as partes interessadas a fim de criar um ecossistema que incorpore a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor.

Dado o estágio ainda inicial de desenvolvimento das finanças sustentáveis, políticas e regulamentações deverão ser adaptadas em resposta à eventuais mudanças e situações específicas. Embora as políticas e regulamentações financeiras sustentáveis devam levar em consideração o contexto de cada país, a colaboração será importante para garantir a necessária coerência com padrões internacionais. Todo esse esforço poderá ser decisivo para crescer mais e melhor e promover a qualidade de vida na região.

18 de julho de 2022

Autor: Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado

Fonte:

[Clique aqui](#)



Será importante engajar todas as partes interessadas a fim de criar um ecossistema que incorpore a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor.

NOVA GEOGRAFIA DOS INVESTIMENTOS?



O que o nearshoring e o imposto de carbono têm em comum? Ambos influenciarão a geografia global dos investimentos diretos estrangeiros. O primeiro, porque atrairá negócios para países geograficamente próximos dos Estados Unidos; o segundo, porque alterará a competitividade de se produzir e exportar desde países com altas emissões de carbono.

O nearshoring resulta da política americana de aumentar a resiliência e diversificar as fontes de abastecimento para o seu mercado interno e para cadeias de produção das quais participa. A política ganhou tração na administração do Presidente Trump em razão de temas geopolíticos, mas a guerra da Ucrânia e o longo fechamento da economia chinesa por conta da covid aceleraram aquele processo. Por meio de políticas industriais ativas e incentivos de distintas naturezas, o governo vem encorajando a realocação de empresas ora em partes da Ásia para produzirem desde o próprio território americano, mas anuncia-se que a América Latina e o Caribe (ALC) também se beneficiará da iniciativa.

Não está claro, todavia, qual será o alcance para os países da região, já que a política americana prioriza a reindustrialização e a geração de empregos nos Estados Unidos. A rápida redução dos preços de tecnologias avançadas de produção estimulará a realocação em território americano, afetando, desta forma, vantagens comparativas da ALC, como o custo laboral. Mas, ainda assim, é bastante provável que os efeitos de transbordamento para a região sejam significativos. Estimativas do BID sugerem que o nearshoring poderá aumentar as exportações de bens e serviços produzidos na região por até US\$ 78 bilhões nos próximos anos, um número expressivo, mas os impactos poderiam ser ainda maiores nos ecossistemas produtivos, nas capacidades e na produtividade e competitividade do setor privado.

Para além de proximidade e custos, países da ALC oferecem outras condições atrativas para o nearshoring, incluindo apoio dos governos locais, ausência de temas geopolíticos sensíveis, afinidade cultural com os Estados Unidos e fuso horário similar. É razoável pensar que países da América Central e México sairiam na frente, mas Argentina, Brasil e Chile também poderiam aproveitar daquelas oportunidades em razão do seu parque produtivo integrado, capital humano, dentre outros aspectos.

Para sacar o máximo de benefícios dos novos fluxos de investimentos, a região teria que melhorar desde já as condições de atratividade, incluindo temas como estabilidade jurídica, sofisticação do trabalho das agências de atração de investimentos, redução da burocracia, capacitação, digitalização, disponibilidade de serviços corporativos e de apoio a negócios, infraestruturas de logística e fundos de crédito. Para além de mirar empresas multinacionais de grande porte, os países também deveriam considerar atrair empresas multinacionais de médio porte, que tendem a valorizar mais as propostas de valor da região, apoiar a expansão de empresas estrangeiras já estabelecidas no país e com interesses nos Estados Unidos, fomentar a formação de clústeres produtivos e mirar a produção também para mercados da região.

A aplicação de compromissos com a mudança do clima à agenda de comércio internacional é outra provável fonte de mudança nos fluxos globais de investimentos diretos estrangeiros. O caso mais emblemático no momento é o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), dispositivo jurídico em fase de avaliação pela União Europeia (UE). O CBAM equalizará o preço do carbono entre produtos domésticos e importados, garantindo que os objetivos climáticos da UE não sejam prejudicados pela realocação da



O nearshoring resulta da política americana de aumentar a resiliência e diversificar as fontes de abastecimento para o seu mercado interno e para cadeias de produção das quais participa.



produção para países com políticas climáticas menos ambiciosas. O mecanismo coibiria, por exemplo, que empresas sediadas na UE com produção intensiva em carbono se transferissem para terceiros países com menor controle de emissões para então exportar para a UE, prejudicando os esforços climáticos do bloco. Os importadores da UE comprariam certificados de carbono correspondentes ao preço do carbono que teria sido pago se os bens tivessem sido produzidos sob as regras de precificação de carbono da UE. Por outro lado, uma vez que um produtor não comunitário possa provar que já pagou pelo carbono usado na produção de mercadorias importadas de um terceiro país, o custo correspondente poderia ser deduzido para o importador da UE.

Mecanismos de ajuste de carbono na fronteira já estão em vigor em alguns estados americanos, como a Califórnia, e Canadá, Japão e Reino Unido estão considerando iniciativas similares. Há crescente massa crítica acadêmica sobre esse tema, organismos multilaterais estão estudando como tais medidas apoiariam os esforços para a redução de emissões e o G20 está considerando uma coordenação internacional sobre o uso de mecanismos de precificação de carbono. Tudo isto sugere que o tema seguirá sobre a mesa nos próximos anos. O CBAM será implementado gradualmente e, inicialmente, se aplicará a uma seleção de bens com alto risco de vazamento de carbono, incluindo o aço e o cimento. Hidrogênio verde, amônia e efeitos indiretos, como a eletricidade, também serão contemplados.


A inclusão de emissões indiretas na agenda do CBAM favorecerá países que já tem ou que estão dobrando a aposta em matrizes de energia limpa. Brasil, Costa Rica, Paraguai e Uruguai já se qualificariam como potenciais destinos de investimentos sensíveis ao tema climático, mas a esse grupo se juntarão outros

países da região ao longo dos próximos anos. Como o transporte do hidrogênio e da amônia pode ser muito custoso, a região poderá converter-se numa opção de plataforma para processos produtivos com baixa pegada de carbono, com eventuais impactos econômicos e sociais significativos.

Para além do que já se mencionou acima sobre como aproveitar da nova geografia dos investimentos, os países da ALC também deveriam acelerar o desenvolvimento dos seus mercados de carbono, abraçar taxonomias e melhores práticas internacionais de reporting, combater o greenwashing e implantar políticas ambiciosas de ESG, já tendo em conta que os ciclos de investimentos são longos e que quem chega primeiro bebe água limpa.


Por fim, é razoável considerar que os países da região que combinarem proximidade com os Estados Unidos com condições atrativas para investimento verde serão especialmente beneficiados pelo provável realinhamento dos investimentos em nível global.

 13 de outubro de 2022

 **Autor:** Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado

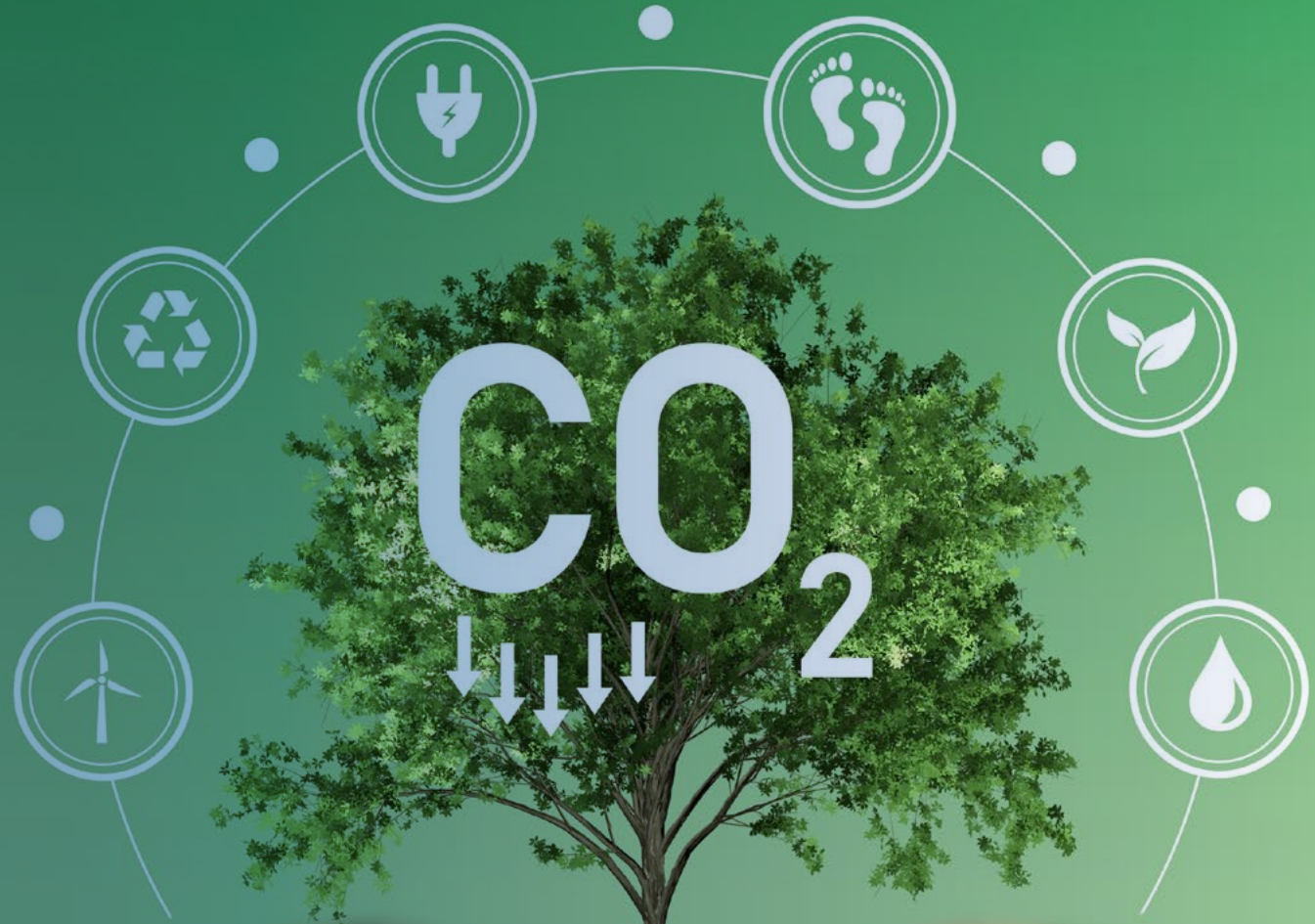
 **Fonte:**

[Clique aqui](#)



O nearshoring resulta da política americana de aumentar a resiliência e diversificar as fontes de abastecimento para o seu mercado interno e para cadeias de produção das quais participa.

POWERSHORING



CO₂



Ao ensaiar seus primeiros passos, décadas atrás, a globalização da produção, o baixo custo da mão de obra provou-se o fator determinante para a alocação de investimentos industriais. Não demorou muito para a Ásia se tornar o principal destino de produção mundial. Tempos depois, entrariam em jogo o aumento do custo da mão de obra e a busca por reduzir a dependência de suprimentos da China. Estes, juntamente com questões geopolíticas, levariam a um crescente revisionismo sobre a localização industrial.

A estes acrescentariam-se três novos fatores. O primeira, e talvez o mais importante, é a agenda ambiental, que visa a reduzir a pegada de carbono dos produtos. Não seria exagero pensar que já estaríamos testemunhando a transição da globalização da produção determinada pelo custo da mão de obra para a globalização da produção determinada pelo impacto ambiental. Esta questão afeta particularmente a China. O segundo fator está associado à guerra na Ucrânia, que gerou grandes temores de segurança, elevou significativamente os preços da energia e sua volatilidade, alimentou a inflação de custos e aumentou os riscos de insegurança energética.

A volatilidade dos preços e da oferta de energia não deve se normalizar tão cedo, o que terá grandes repercussões econômicas globalmente, mas especialmente na Europa, que está altamente exposta à agenda geopolítica e dependente das importações de energia fóssil da Rússia. Para satisfazer suas necessidades, a Europa está reativando centrais elétricas sujas, o que compromete seus compromissos de neutralidade de carbono. O terceiro fator é o aumento crescente do consumo de energia na produção industrial devido à tecnologia. Esses fatores já estão afetando as taxas de retorno e até mesmo a viabilidade econômica das fábricas e já estão levando multinacionais a reconsiderarem as estratégias globais de alocação de investimentos.

Uma reação imediata a tudo isso é a política de nearshoring, que defende a realocação de plantas industriais da China para países amigos, com mão de obra barata e perto dos centros de consumo no Ocidente. Mas é o powershoring que parece servir melhor as necessidades e interesses presentes e, acima de tudo, futuros das economias ocidentais. Powershoring refere-se à descentralização da produção para países que oferecem energia limpa, segura, barata e abundante e perto de grandes centros de consumo, além de outras virtudes para atrair investimentos industriais.

A América Latina e o Caribe (ALC) atendem a muitas das condições da economia de powershoring. Afinal, a região está geograficamente próxima da América do Norte e da Europa e vários países já possuem matrizes energéticas limpas ou principalmente limpas, enquanto outros estão trilhando o mesmo caminho. De fato, a região em geral definiu a sustentabilidade como uma fonte prioritária de crescimento, tendo como ponto de partida seu enorme potencial em energia hídrica, solar e eólica, além do enorme potencial de produção de energia a partir de biomassa, biogás, geotérmica e biocombustíveis.

Muitos países já estão desenvolvendo políticas para incentivar a produção de hidrogênio verde, que também pode se beneficiar na fase de transição das generosas reservas de gás natural da região para combinar os dois gases, aumentar a eficiência e reduzir custos. Estimativas indicam que o custo por quilo de hidrogênio verde será muito competitivo na ALC, um elemento decisivo para transformar a região em uma plataforma para a produção industrial em geral, mas de produtos intensivos em energia em particular, como aço, ferro-gusa, alumínio, vidro, cimento e celulose, para mencionar apenas alguns setores. Além de energia verde, competitiva e segura, a região também oferece uma grande variedade de



A América Latina e o Caribe (ALC) atendem a muitas das condições da economia de powershoring.





produtos minerais e agrícolas para uso industrial. E, além de tudo isso, está o afastamento da região de questões geopolíticas complexas.

Não há como as regiões desenvolvidas reduzirem significativamente suas emissões de CO₂ sem desacelerar a taxa de crescimento de suas economias, o que poderia levar a uma transição energética ainda mais lenta e politicamente mais cara. A necessidade de priorizar o uso de energia, os compromissos com o Acordo de Paris, a exposição da produção industrial a questões geopolíticas e o aumento de custos parecem ressaltar a atratividade da ALC para a Europa como parceira na segurança energética e na aceleração da descarbonização, além de garantir a segurança do abastecimento industrial e a redução da pressão do custo da energia. A eventual entrada em vigor do Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono (CBAM) será um fator atrativo adicional para os investimentos industriais europeus na ALC.

Mas os benefícios do powershoring são bidirecionais. Os investimentos industriais teriam repercussões positivas significativas nas áreas urbanas da ALC, que é onde se concentra a grande maioria da população da região, a informalidade e a pobreza. Além disso, poderia beneficiar pequenas e médias empresas, ter impactos substanciais na produtividade e na competitividade, gerar impostos, exportações e divisas e ajudar a reduzir a exposição da região a ciclos de commodities que frustram indicadores econômicos, sociais e ambientais. Também poderia ajudar a impulsionar a integração regional.

Para implementar tal projeto, a região precisará de um roteiro que incentive o investimento estrangeiro direto em powershoring. Isso deve incluir políticas e regulamentações consistentes, coerentes e sólidas para a promoção, o financiamento e a gestão de energia

limpa, segura e barata, o desenvolvimento de projetos de qualidade, investimentos em infraestrutura física e digital para atender zonas industriais e logística de exportação, a promoção de investimentos em empresas de prestação de serviços profissionais, a capacitação de trabalhadores, acordos de facilitação de investimentos, desburocratização, segurança jurídica e muita institucionalidade. O progresso do acordo Mercosul-UE e o apoio dos bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais para o financiamento e a redução dos riscos e custos dos projetos de apoio às potências privadas também devem estar presentes.

A ALC e a UE já possuem um longo histórico de alianças e visões compartilhadas, o que justifica o aprofundamento da relação transatlântica, que poderá aproveitar experiências já bem-sucedidas, como os elevados estoques de investimento direto que a Europa já aloca na região.

Finalmente, a alta liquidez dos mercados globais e a busca por novos negócios e destinos de investimento são elementos adicionais que nos levam a apostar que o powershoring será a bola da vez nos próximos anos.



14 de novembro de 2022



Autor: Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado



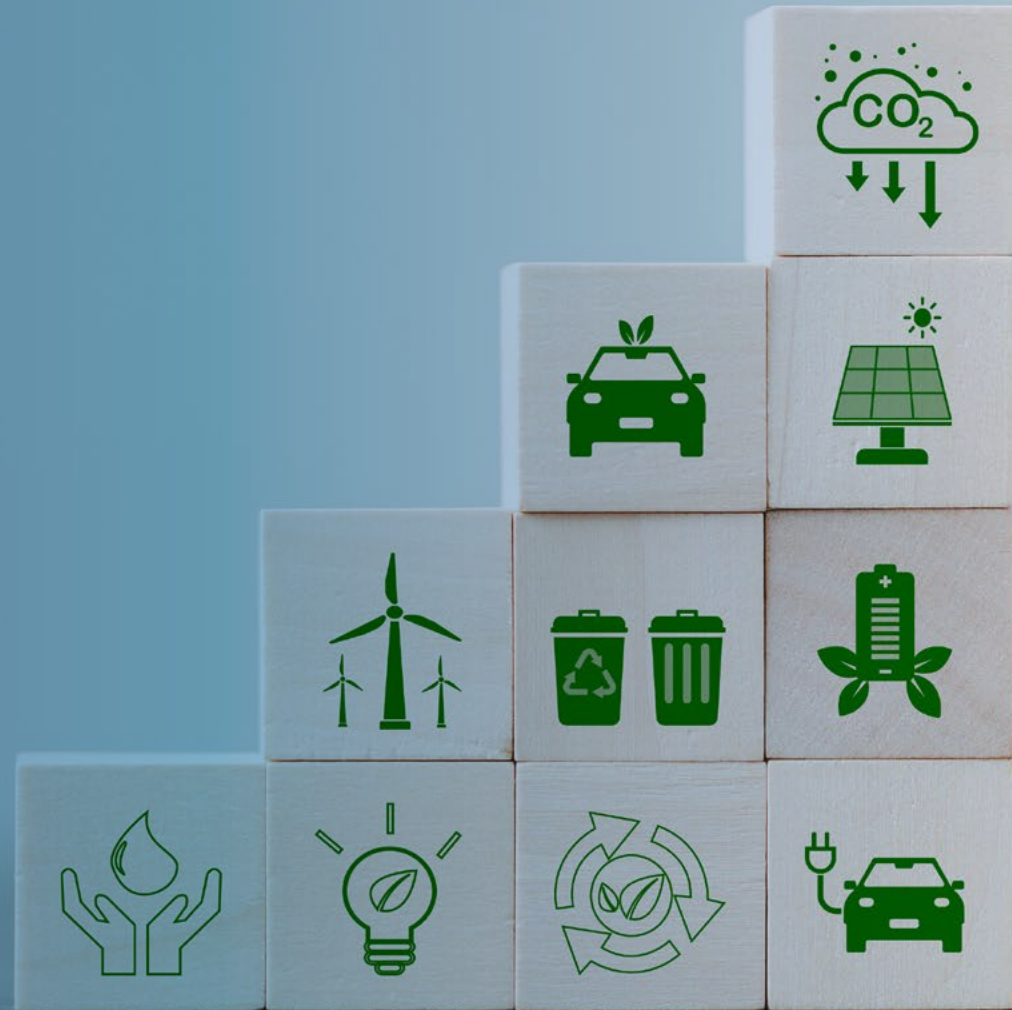
Fonte:

[Clique aqui](#)



Mas os benefícios do powershoring são bidirecionais. Os investimentos industriais teriam repercussões positivas significativas nas áreas urbanas da ALC

POWERSHORING II





A Europa vê um número crescente de indústrias lutando para superar a grave crise de fornecimento e de preços da energia, que encontra-se associada à forte dependência de energia importada. A crise surgiu no horizonte antes da guerra da Ucrânia, mas se acelerou desde então. Enquanto várias empresas estão reduzindo a produção, outras, especialmente as pequenas e médias, estão fechando suas portas e muitas outras estão demitindo funcionários e realocando parte de suas operações no exterior como forma de enfrentar a situação.

De fato, pesquisas de associações do setor industrial apontam para um crescente interesse das empresas em transferir fábricas para outros países e analistas já estão falando em uma “desindustrialização acelerada da Europa”. Como exemplo, um grande produtor de fios e cabos elétricos com sede na Alemanha viu, ao longo de 2022, seu custo anual de energia aumentar seis vezes em relação a 2020 e a perspectiva é de novos aumentos em 2023 e de mais problemas de fornecimento. Essa conjunção afeta contratos e negócios, com implicações prejudiciais para a participação de mercado. A energia deixou definitivamente de ser um elemento de custo adicional para se converter em um fator crítico para o destino das operações industriais. Espera-se que o movimento de deslocalização avance nos próximos anos, especialmente entre as empresas de setores que fazem uso intensivo de energia.

A incerteza, a insegurança energética e de custos associadas à geopolítica não são os únicos fatores que afetam a geografia dos investimentos, seja na Europa ou em outros lugares. Eventos climáticos extremos estão causando escassez de energia, apagões e lockdowns, obrigando também à redução da produção e até mesmo ao fechamento de fábricas, como visto recentemente na Ásia e nos Estados Unidos, o que está gerando um revisionismo sobre as vantagens e riscos da

concentração geográfica da produção. Some-se a isso as regulamentações ambientais e os compromissos corporativos com a descarbonização, questões que são especialmente relevantes para as empresas que estão mais expostas ao escrutínio do governo, do público e dos investidores, o que também está gerando um revisionismo da localização industrial. Para a China, aos fatores mencionados acima, somam-se o protecionismo verde e o geopolítico.

Tudo isso altera o retorno sobre o investimento (ROI) e reforça a relevância do powershoring como estratégia para proteger a competitividade e a produtividade, garantir a segurança produtiva e assegurar o cumprimento da agenda ambiental. Powershoring refere-se à descentralização da produção para países situados próximos aos centros de consumo que oferecem energia limpa, segura, barata e abundante, além de outras vantagens para atrair investimentos industriais. O Powershoring já está se tornando um dos principais determinantes da localização industrial no século XXI.

Mas os fatores que estimulam o powershoring serão transitórios ou permanentes? A precariedade e os preços das energias fósseis continuarão sendo complicados por muito tempo, seja por razões geopolíticas, regulatórias ou por falta de investimento em infraestrutura específica. A dependência da energia fóssil importada deveria diminuir ao longo do tempo com a entrada em funcionamento de usinas de energia renovável, mas a ecologização das matrizes energéticas das grandes economias importadoras ainda levará muito tempo. A expectativa é que as regulamentações e os impostos sobre o carbono avancem na Europa, aumentando os custos domésticos e afetando a competitividade empresarial. E a insegurança energética associada a eventos climáticos extremos também continuará a cobrar seu preço.



Pesquisas de associações do setor industrial apontam para um crescente interesse das empresas em transferir fábricas para outros países e analistas já estão falando em uma “desindustrialização acelerada da Europa”



Portanto, parece razoável dizer que esses incentivos estão enraizados em fatores permanentes ou quase permanentes, e não transitórios, e que o powershoring seria uma estratégia para mitigar essas “falhas de mercado”. Afinal, o powershoring reduz custos, aumenta a eficiência e a segurança da produção, melhora a alocação de recursos, protege a competitividade, acelera a descarbonização no país de origem e contribui para o cumprimento da agenda ambiental por parte das empresas.


A região da América Latina e o Caribe (ALC) está especialmente bem posicionada para ser o destino das empresas que precisam de um impulso. Entre os facilitadores imediatos estão a matriz energética já verde ou muito verde, o aumento da oferta de projetos de energias renováveis com custos marginais decrescentes, a implementação de projetos de produção de hidrogênio verde, a baixa exposição a tensões geopolíticas, o crescente endurecimento da compliance ambiental e das normas ESG e os investimentos em portos e zonas industriais.

Mas, para aproveitar o powershoring e ocupar espaços, a região deve avançar com ambição e determinação em uma agenda reguladora e de incentivos para estimular o investimento em energias renováveis e em redes de transmissão e distribuição; disponibilizar instrumentos de redução de riscos para atrair investimentos, especialmente em projetos com maior impacto nas cadeias de produção e na agregação de valor; assegurar a estabilidade regulamentar; aprovar leis tributárias que incentivem a produção industrial para exportação; aumentar os investimentos em portos e zonas industriais; promover acordos comerciais e de investimento; promover a autoprodução de energia limpa; formar recursos humanos; promover mecanismos acelerados de concessão de licenças

ambientais e balcão único; capacitar e equipar as agências de promoção de investimentos; e fornecer informações aos investidores, especialmente aqueles em setores com maior interesse em potencial. E, finalmente, promover e criar processos para agendas combinadas de powershoring e mercado de carbono. Afinal, são dois lados da mesma moeda.

O Powershoring é uma oportunidade única para converter a vantagem comparativa da região em energia verde e a distância da agenda geopolítica em poderosos instrumentos para promover o desenvolvimento econômico e social. O Powershoring terá efeitos importantes na produtividade, na competitividade, na tecnologia e na inovação, e contribuirá para a formação e consolidação das cadeias de valor regionais. Certamente, o powershoring será muito útil e benéfico para a região, mas será ainda mais útil para as empresas que entenderem as vantagens dessa estratégia.

 07 de dezembro de 2022

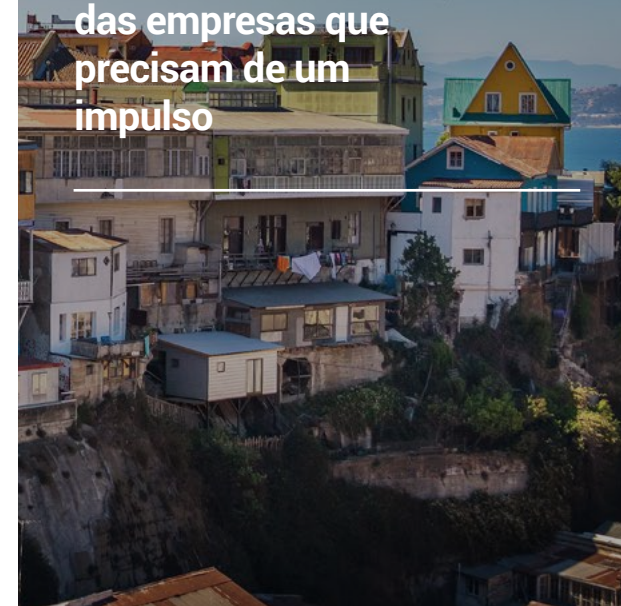
 **Autor:** Jorge Arbache, Vice-presidente do Setor Privado

 **Fonte:**

[Clique aqui](#)



A região da América Latina e o Caribe (ALC) está especialmente bem posicionada para ser o destino das empresas que precisam de um impulso



QUAL POLÍTICA INDUSTRIAL?





O debate sobre política industrial mudou, e rapidamente, tanto de rumo como de intensidade. O tema, que até pouco tempo atrás era visto por muitos com suspeita em razão de seu alegado intervencionismo em mercados, entrou com força na pauta de política econômica de países desenvolvidos, incluindo Estados Unidos e União Europeia. As justificativas dessa mudança incluem geopolítica, busca de independência e autonomia produtiva, geração de emprego e renda e até controle da inflação.

Nos Estados Unidos, o governo do presidente Obama publicou documentos sobre os benefícios de uma política industrial ativa num contexto de crescente complexidade estratégica e de concentração de mercados, e da necessidade de proteger empregos. No governo Trump, a Casa Branca implementou políticas comerciais e de investimentos para proteger a indústria controversas desde a perspectiva da OMC e introduziu a política de "reshoring" de promoção da volta para casa de fábricas americanas sediadas na China. O governo Biden combinou ambas as estratégias para conformar uma política industrial ainda mais ampla e ambiciosa. A Comissão Europeia, por sua vez, já há anos vinha discutindo documentos de política industrial. Mais recentemente, passou a implementar aquelas políticas justificadas, dentre outros, na defesa de interesses estratégicos e na necessidade de promover a economia digital, a transição energética e a agenda de sustentabilidade. Em ambos os casos, a política vem ancorada em substanciais recursos orçamentários.

No frígido dos ovos, saem de cena a promoção do livre comércio e das cadeias globais de valor e entra em cena a promoção das cadeias locais de valor. É uma mudança radical e com muitas implicações. Mas, ainda, mais disruptiva é a crescente tendência de fragmentação de padrões e normas internacionais, incluindo em finanças,

sistemas produtivos, economia digital e em serviços, com impactos potencialmente profundos nos mercados.

E a América Latina e Caribe (ALC), como se coloca nessa agenda em mutação? A região se beneficiou da globalização e do livre comércio que reinaram em décadas recentes. Afinal, a população em geral passou a consumir tecnologias, eletrônicos, têxteis e bens industriais variados a preços acessíveis, com benefícios mensuráveis no bem-estar e até na pobreza. Para não ir longe, pense na popularização do telefone celular na região. O protecionismo, o subsídio, o debilitamento da institucionalidade do comércio mundial e a fragmentação de padrões não atendem, portanto, aos interesses da região.

O que fazer? A esta altura, parece pouco realista esperar que o livre comércio voltará à cena no horizonte previsível e parece mais razoável esperar que viveremos num ambiente de mais, e não de menos intervenções nos mercados. Neste contexto, a região deveria antecipar-se para proteger os seus interesses, o que poderá incluir a promoção da sua indústria. Mas, qual política industrial a região deveria promover?

De partida, há que se reconhecer que a região apresenta uma gama de situações. Há países que se industrializaram e se desindustrializaram, como o Brasil, há outros que iniciaram uma industrialização que logo perdeu fôlego, e há outros que praticamente nunca entraram num ciclo de desenvolvimento industrial. Finalmente, há país que avançou no setor industrial, mas dentro de um marco muito específico, como a participação no acordo comercial Estados Unidos, México e Canadá.

Diferentemente dos países avançados, cujas motivações para a promoção de políticas industriais passam, primordialmente, por temas geopolíticos, na ALC as





motivações passam, primordialmente, pela agenda social e pela necessidade de alterar o padrão de inserção no comércio global.

Numa conjunção em que a atividade industrial emprega cada vez mais ciência, tecnologia, inovação, talentos e novos modelos de negócio e em que os mercados estão cada vez mais concentrados, parece pouco razoável esperar que políticas industriais convencionais serão eficazes. Para dar frutos, será preciso empregar uma política industrial com abordagem pragmática, vislumbrar alternativas e focar na agregação de valor, no uso de tecnologias avançadas e no aumento da produtividade e competitividade de tal forma a aproximar a região da economia global. Dito isto, quais seriam as oportunidades para a região?

A região deveria promover negócios associados a nichos de mercado afeitos às condições dos nossos países. Poder-se-ia considerar ao menos duas avenidas. Uma primeira seria composta por negócios que a região já tem vantagem comparativa e que já dispõe de conhecimento, talentos, experiência, regulação e instituições apropriadas àquelas atividades. Dentre as atividades com essas características estão a agricultura, proteínas animais, mineração, óleo e gás, florestas e biodiversidade. A captura de valor viria do processamento e distribuição de alimentos, processamento e enriquecimento de minerais, indústria do óleo e gás, drogas medicinais e cosméticos, dentre tantos outros. Trata-se, portanto, da diversificação da produção em cadeias das quais já participamos.

Uma segunda avenida está associada ao powershoring, tal como temos discutido neste espaço, explorando as capacidades únicas da região para disponibilizar energia verde, segura, barata e abundante e o imenso potencial de desenvolvimento do mercado de carbono. Trata-se de oportunidades de atração de investimentos

diretos estrangeiros industriais, em especial de países que estão sob pressão geopolítica, de custos e da agenda de compliance ambiental, fatores que têm ameaçado a competitividade e até a sobrevivência de empresas.

Ambas as avenidas estão ancoradas em bases realistas, são potentes e altamente promissoras, podem gerar muito emprego formal, valorizam o parque industrial já existente, ajudam a formar cadeias locais e regionais de valor e podem contribuir de forma decisiva para modernizar a economia da região. Para tanto, será preciso implementar, em diálogo e coordenação com o setor privado, políticas e medidas específicas que reduzam a percepção de risco e fomentem a previsibilidade, identifiquem e tratem de elos fracos das cadeias produtivas e enfoquem em incentivos microeconômicos adequados e sustentáveis.

Diferentemente de outras políticas industriais, essas são virtuosas, pois não estão necessariamente condicionadas a protecionismo e subsídios, geram resultados de interesse global e compartilham oportunidades com investidores estrangeiros. Ou seja, são políticas que param de pé diante da região e do mundo.



12 de janeiro de 2023



Autor. Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado



Fonte:

[Clique aqui](#)



A região deveria promover negócios associados a nichos de mercado afeitos às condições dos nossos países.



O VAI E VEM DA GEOGRAFIA DOS INVESTIMENTOS





As últimas décadas testemunharam um intenso vai e vem da localização geográfica do investimento em nível global. Na esteira da ordem liberal que se estabeleceu no pós-guerra, observou-se, por volta dos anos 1980, crescente movimento de traslado de plantas industriais para a Ásia para produzir e exportar a partir dos custos baixos da mão de obra ali disponíveis. Nascia a fragmentação da produção, ou a globalização, tal como a conhecemos.

Nessa jornada, a China acumularia massa crítica industrial e conhecimento de negócios e se tornaria o principal destino do investimento direto estrangeiro e a “fábrica do mundo”. Essa ordem se expandiria dando lugar a uma crescente interdependência econômica, comercial e de investimentos, cujos benefícios seriam compartilhados por muitos na forma de bens de consumo a preços baixos. Mas o rápido aumento da renda combinado com mudanças demográficas levariam, tempos depois, a China a promover a realocação de suas próprias plantas industriais para países da região com mão de obra ainda mais barata, enquanto redirecionava a atenção do seu parque industrial para etapas mais sofisticadas das cadeias de valor.

Mas esse movimento da indústria rumo à Ásia não seria indolor. A estagnação econômica de antigas regiões industriais dos Estados Unidos e Europa daria lugar a crescentes polêmicas sobre os benefícios da globalização, que reverberariam em campanhas políticas e até no Brexit. A crise de fornecimento de medicamentos e outros insumos importados na China e o colapso da logística durante a pandemia dariam ainda mais munição para os críticos da globalização. Foi nesse ambiente, e regado pela crescente disputa geopolítica entre Estados Unidos e China, que seriam forjados conceitos como o nearshoring e o reshoring, que pregam as supostas virtudes de trazer de volta para casa plantas industriais americanas operando na Ásia.

É improvável, porém, que aqueles conceitos tenham os efeitos sociais pretendidos e a principal razão é que a comoditização das tecnologias incentiva a automação das plantas novas.

O passo seguinte desse reviramento do investimento viria das políticas americanas e europeias de controle de capitais e de exportações e dos generosos programas de subsídios e protecionismo à indústria, que alterariam a ordem do comércio e da geografia dos investimentos. Infelizmente, a globalização, tal como a conhecemos, está chegando ao fim e, com ela, muitos dos seus benefícios, como o consumo das classes média e baixa. Perdem espaço os princípios liberais que norteavam o destino dos investimentos e entram em cena a geopolítica e as intervenções nos mercados. Mas o capital é fungível e sempre fareja negócios. Para mitigar os eventuais efeitos deletérios do protecionismo “Made in China”, empresas chinesas estão trasladando plantas para o México para, desde ali, ter acesso ao mercado americano e canadense, beneficiando-se da logística e do acordo comercial USMCA.

O vaguear da geografia dos investimentos tampouco descansaria ali, pois há distintas forças sobre a mesa influenciando o seu rumo, algumas delas até com sinais trocados, num complexo tabuleiro pleno de interesses e intervenções. Um exemplo é a guerra da Ucrânia que, combinada com a pandemia e agendas geopolíticas, levariam o mercado da energia a uma instabilidade e incertezas de oferta sem precedentes. Os preços, especialmente na Europa, alcançariam patamares recordes, algo insustentável para muitos setores e negócios. Certamente, variações consideráveis nos custos da eletricidade têm implicações na competitividade e até na sobrevivência de empresas, notadamente daquelas mais expostas ao comércio internacional, o que já está levando à realocação.



Para mitigar os eventuais efeitos deletérios do protecionismo “Made in China”, empresas chinesas estão trasladando plantas para o México para, desde ali, ter acesso ao mercado americano e canadense, beneficiando-se da logística e do acordo comercial USMCA.



A crescente implementação de normas ambientais também está influenciando a geografia do investimento. Empresas sob pressão para descarbonizar já estão trasladando plantas para regiões abundantes em energia verde, segura e com preços marginais cadentes e que, se possível, sejam menos expostas a temas geopolíticos intensos. Trata-se do powershoring. Eventos climáticos extremos, que estão se tornando cada vez mais frequentes, também já estão influenciando as estratégias de localização.

Resiliência está, portanto, se tornando elemento central da geografia dos investimentos, enquanto eficiência e custos cedem espaço. Todavia, elementos de custos, como a energia verde, seguirão exercendo influência importante na tomada de decisão, em especial de setores intensivos em energia. Afinal, não há como ignorar, por exemplo, que os custos de produção do hidrogênio a partir da eletricidade renovável podem ser de USD 3-4/kg na China e nos Estados Unidos e de USD 5-7/kg no Japão e na Europa, enquanto no Brasil e em outros países da região podem ser de cerca de USD 1/kg ou menos. Ao que tudo indica, a desconcentração e a diversificação da geografia das plantas se tornarão temas críticos das estratégias corporativas de segurança produtiva e de mercado, em especial de empresas com presença global.

Números preliminares indicam que Brasil e México, países que enfrentam variados desafios, atraíram USD 91 bilhões e USD 37 bilhões, respectivamente, em investimento direto estrangeiro em 2022, níveis elevados para padrões históricos. Para 2023, as perspectivas são ainda melhores. Trata-se de evidência em favor da diversificação geográfica da produção, que aponta novas avenidas de oportunidades para países em desenvolvimento.

É provável que a geografia dos investimentos siga volátil, mas é também provável que as empresas buscarão formas de seguir mitigando riscos a partir de estratégias adaptáveis. À América Latina e Caribe, que tantas soluções têm a oferecer para investidores, toca trabalhar numa agenda de fatores habilitadores que convertam a região numa opção ainda mais atrativa para o investimento direto estrangeiro.



09 de fevereiro de 2023



Autor: Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado



Fonte:

[Clique aqui](#)



Números preliminares indicam que Brasil e México, países que enfrentam variados desafios, atraíram USD 91 bilhões e USD 37 bilhões, respectivamente, em investimento direto estrangeiro em 2022.

CLIMA E MERCADOS





Os países assumiram compromisso de reduzir emissões e serem carbono-neutro a 2050. Trata-se de tarefa sem precedentes, pois requer esforços financeiros extraordinários e mudanças de atitude num prazo muito curto. O desafio é de todos, mas as condições dos países para o enfrentamento são bastante distintas. Afinal, países que nem mesmo superaram etapas básicas do desenvolvimento agora se veem com enormes demandas ambientais. Do outro lado estão os países avançados, que estão melhor preparados e equipados para aqueles desafios.

Mas mudança climática é tema que não se resolve em nível de país. Afinal, a natureza não reconhece fronteiras e a crise climática está atada a crises com repercussões sociais e geográficas amplas. Desta forma, as soluções têm que levar em conta as especificidades e os interesses de todos para que se possa criar incentivos adequados. Como corremos contra o relógio e os recursos são escassos, então é necessário buscar eficiência e coerência para maximizar resultados. Neste sentido, é indispensável o alinhamento de políticas e estratégias, a promoção de políticas inclusivas e custo-efetivas e políticas que gerem sinergias para o melhor enfrentamento da mudança climática.

Infelizmente, porém, temos visto a introdução de políticas que levam a menos alinhamento e eficiência, e ao menos parte da explicação está associada ao tamanho das oportunidades de negócios da descarbonização. De fato, a Agência Internacional de Energia prevê que serão necessários investimentos anuais em energia de ao menos US\$4 trilhões para que se possa alcançar a neutralidade de carbono. Dentre aquelas políticas recentes estão o Inflation Reduction Act - IRA, dos Estados Unidos, e o EU Green Deal, RePowerEU e o Carbon Border Adjustment Mechanism - CBAM, estas, da Europa.

A modo de exemplo, por meio de subsídios e incentivos fiscais, o IRA visa, dentre outros, transformar os Estados Unidos em líder global na área de bens e serviços para a mudança climática e produzir energia a preços baixos. Já o CBAM exige que a maioria das importações intensivas em carbono da UE incorram em taxas de carbono comparáveis às das empresas do bloco ou paguem o equivalente em uma tarifa baseada em carbono.

Como essas políticas têm alto potencial para influenciar os mercados a partir de medidas intervencionistas, bem como o custo e a estrutura de capital das empresas, então criam um desvio de comércio, de investimento e de emprego que, ao final do dia, podem ter consequências deletérias importantes para os demais países, em especial para os em desenvolvimento e, assim, atrasar a transição para a economia de baixo carbono.

Para ilustrar, de acordo com estimativas de bancos, o custo atual do hidrogênio verde nos Estados Unidos seria de US\$ 2,82/kg, mas, com o crédito fiscal de US\$ 3/kg que será concedido pelo IRA, o quilo passaria a ter valor negativo de US\$ 0,18/kg, preço que exclui retornos aos produtores do hidrogênio. O custo do módulo solar poderá ser reduzido para US\$ 0,05-0,10/W em 2025-2030 versus o custo atual não subsidiado de US\$ 0,25-0,30/W. Estima-se que com os subsídios e incentivos, a produção americana de equipamentos solares e eólicos será a mais barata do mundo e que ao menos 90% da demanda doméstica por aqueles equipamentos será suprida pela própria cadeia interna.

O IRA poderá garantir aos Estados Unidos posição de liderança estratégica no emergente mercado de hidrogênio verde e produtos derivados, assim como aconteceu no mercado global de GNL isto, porém, sem levar em conta considerações não relacionadas a custos, tais como segurança energética, temas



Os países assumiram compromisso de reduzir emissões e serem carbono-neutro a 2050.



geopolíticos, exposição a riscos naturais extremos, busca por diversificação internacional da localização de plantas industriais, dentre outros, que podem influenciar em alguma medida aquela liderança. Estima-se que o IRA crie mais de 9 milhões de empregos nos Estados Unidos até 2030.

Medidas unilaterais como essas frustram vantagens comparativas de regiões em desenvolvimento com condições altamente competitivas para produzir energia verde, gerar soluções tecnológicas sustentáveis e soluções baseadas na natureza e que têm potencial de convertê-las em participantes naturais de um processo abrangente, resiliente e socialmente inclusivo de enfrentamento da mudança climática.

A matriz energética de vários países em desenvolvimento já é bastante verde e, em alguns casos, é praticamente verde, como passa em países da América Latina, o que os coloca numa dianteira de até três décadas frente a outros países. Ademais, vários daqueles países operam com custos marginais de energia decrescentes e contam com boa parte do estoque de capital de energia renovável instalado já depreciado. Desta forma, aqueles países podem oferecer hidrogênio verde altamente competitivo sem a necessidade de incentivos, protecionismo e discriminação e promover powershoring e crescimento sustentável em favor de todos.

Especialistas sugerem que intervenções como as acima violariam regras da OMC e que, provavelmente, elas serão levadas a contestações e litígios que, todavia, podem levar anos para se concretizar. Enquanto isso, é provável que novos mecanismos ao estilo comportamento oportunista surjam para aumentar os atritos comerciais e atrasar a transição. O FMI e a OMC fizeram recomendações conciliadoras para o tema que, todavia, não tiveram eco por serem consideradas politicamente irrealistas. Para

evitar fricções comerciais contraproducentes sobre as políticas climáticas, as autoridades precisariam acordar diretrizes fiscais e regulatórias para políticas de descarbonização.

O imenso mercado de descarbonização deve ser visto como oportunidade para alinhar interesses que nos conduzam, a todos, e com o menor custo, para a sustentabilidade social e ambiental.



09 de março de 2023



Autor: Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado



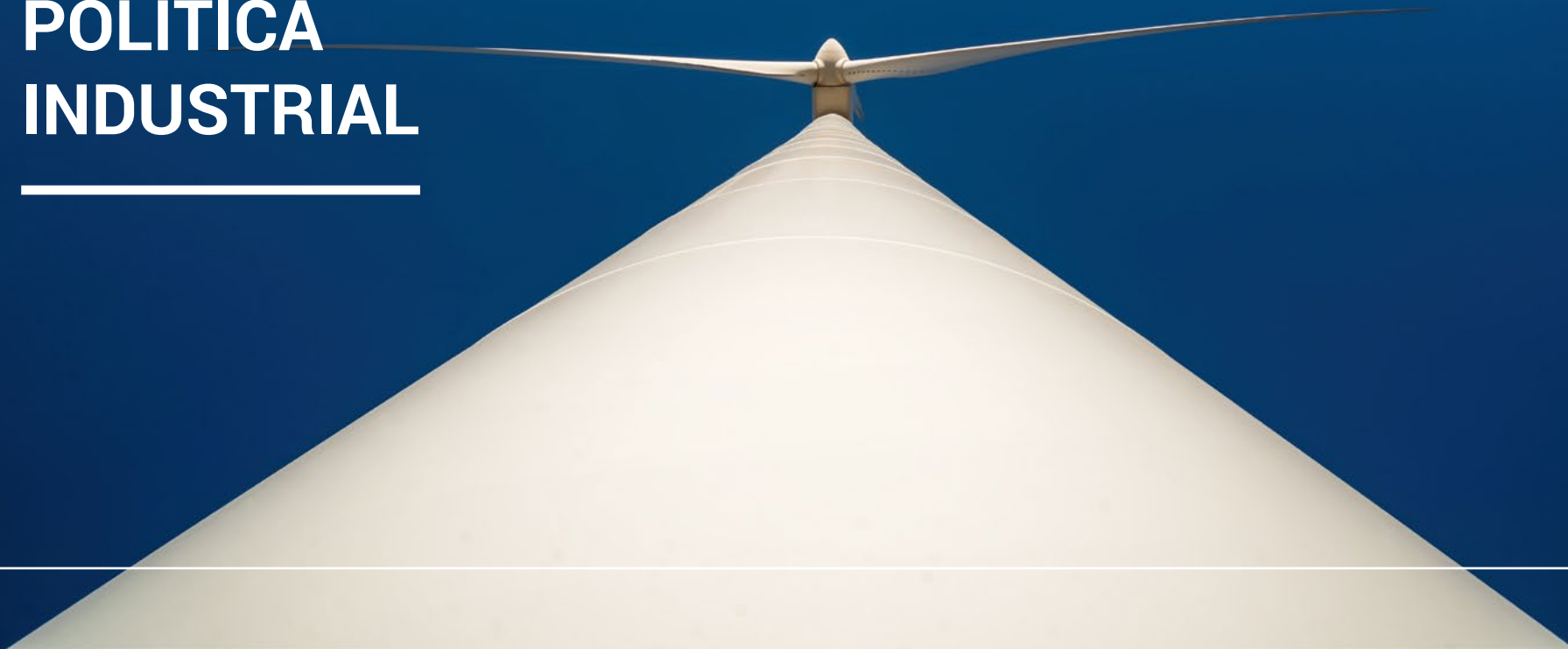
Fonte:

[Clique aqui](#)



A matriz energética de vários países em desenvolvimento já é bastante verde e, em alguns casos, é praticamente verde, como passa em países da América Latina, o que os coloca numa dianteira de até três décadas frente a outros países

**SERVIÇOS E
A MODERNA
POLÍTICA
INDUSTRIAL**





O iPhone é um produto industrial ou um serviço? Como o iPhone é produzido com alumínio, plásticos e outros materiais e é fabricado numa típica linha de montagem, então, muitos diriam, é um produto industrial. Mas, como a maior parte do valor adicionado do iPhone remunera serviços como P&D, softwares embarcados, funcionalidades, marca, design e distribuição, então, muitos diriam, é essencialmente um serviço. Do ponto de vista do usuário, iPhone sem softwares não tem valor, e o mesmo é válido para softwares sem equipamento físico para acessá-los. Esse aparente imbróglio conceitual destaca uma das características da moderna atividade industrial, qual seja, a íntima combinação da indústria com serviços numa relação de mútua dependência para criar valor e a dificuldade para se identificar a linha divisória que separa as duas atividades.

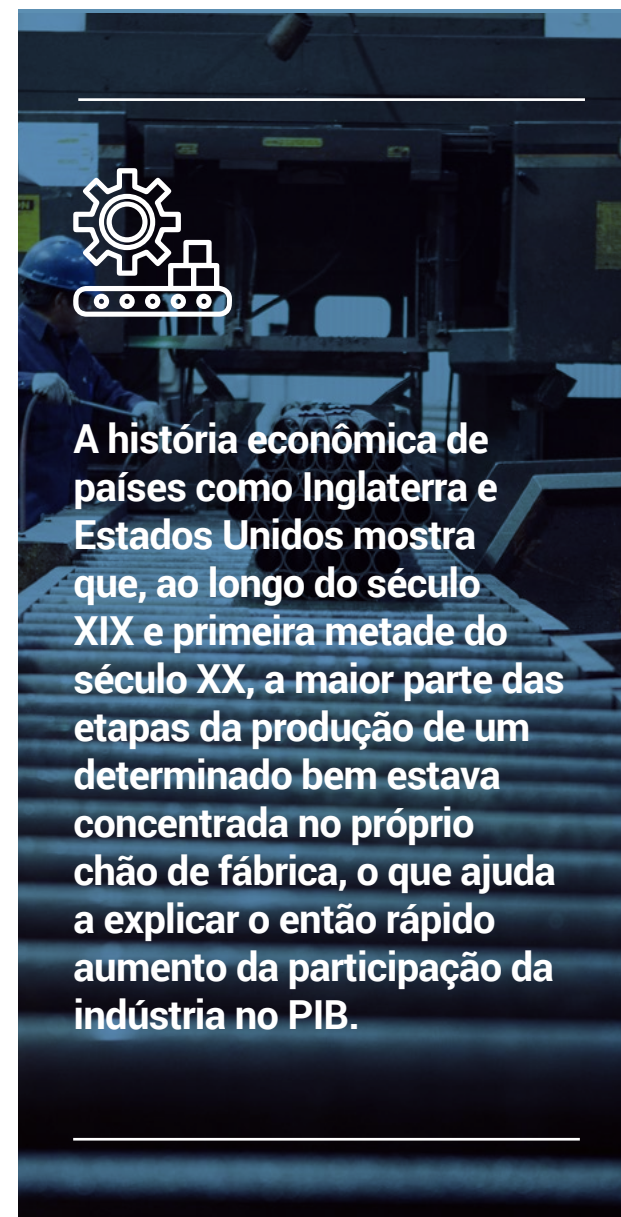
Mas nem sempre foi assim. A história econômica de países como Inglaterra e Estados Unidos mostra que, ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a maior parte das etapas da produção de um determinado bem estava concentrada no próprio chão de fábrica, o que ajuda a explicar o então rápido aumento da participação da indústria no PIB. Mas a história econômica também mostra que o aumento da relevância da indústria seria acompanhado da introdução de novas tecnologias e inovações e de novos modelos operacionais. O outsourcing de etapas da produção entraria em cena e muito do que até então era próprio da atividade industrial pouco a pouco se converteria em serviços descentralizados prestados por terceiros, dando fulcro a uma crescente complementaridade e interação funcional entre indústria e serviços que elevaria o valor adicionado total, ao tempo em que reduziria a participação relativa da manufatura no PIB.

O estágio atual do desenvolvimento industrial em vários países avançados é reflexo daquele padrão: indústria

modesta acompanhada de elevada densidade de laboratórios de P&D, universidades engajadas com a indústria, serviços avançados de distribuição, marcas, marketing, serviços financeiros e tantos outros serviços específicos voltados para a agregação de valor industrial. De fato, em vários segmentos, a contribuição desse rico ecossistema de serviços pode ser muito superior à contribuição do chão de fábrica. Os Estados Unidos são um exemplo ilustrativo. Muito embora a manufatura representasse apenas 12% do PIB em 2021, a atividade industrial, incluindo aquele ecossistema, era ao menos 2,5 vezes maior, respondia por nada menos que 66% dos investimentos privados totais em P&D e foi uma das principais responsáveis pela recuperação da economia americana na crise financeira de 2008 e na fase pós-pandemia. O setor industrial como um todo tem, portanto, grande influência nos destinos da economia americana.

Países de industrialização tardia, como a Coreia do Sul, vêm perseguindo aquele mesmo modelo de desenvolvimento industrial. Embora a indústria ainda participasse com elevados 26% do PIB em 2021, são as tecnologias, inovações e outros serviços que estão determinando, e cada vez mais, a verdadeira influência do setor industrial. Como resultado, marcas coreanas de produtos tecnologicamente avançados, como autos, chips e eletrônicos, já competem em nível global e já até assumiram a liderança em alguns segmentos. Na China, a indústria responde por 27,5% do PIB, mas cada vez mais a influência do setor industrial é determinada pelo desenvolvimento tecnológico, marcas, redes de distribuição e outros serviços. É provável que a participação da manufatura no PIB de ambos os países diminua nos próximos anos, mas também é provável que aumente a influência da atividade industrial.

Essa discussão parece pertinente num contexto em que a política industrial está retornando, e com força,



A história econômica de países como Inglaterra e Estados Unidos mostra que, ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a maior parte das etapas da produção de um determinado bem estava concentrada no próprio chão de fábrica, o que ajuda a explicar o então rápido aumento da participação da indústria no PIB.




às políticas públicas. Até mesmo países desenvolvidos que até pouco tempo atrás se opunham às políticas industriais estão, agora, buscando aumentar a produção manufatureira local, inclusive com medidas intervencionistas e protecionistas e com subsídios generosos. Exemplos não faltam. Considere o Inflation Reduction Act, o Chips and Science Act, o Buy American Act ou o Reshoring, dos Estados Unidos; ou considere o Green Deal Investment Plan, o Critical Materials Plan, o Next Generation EU ou o Made in Europe Partnership, da União Europeia. É provável que essas políticas sejam bem-sucedidas em promover o aumento da produção industrial, mas é a disponibilidade de um ecossistema industrial pujante e inovador que fará a diferença.


Países emergentes também estão buscando maior protagonismo industrial. Índia, Indonésia, México, Vietnã, Brasil, Costa Rica, Honduras, Chile e tantos outros perseguem esta trilha. Mas, poderão eles competir com países ricos? A relativamente modesta capacidade financeira para prover apoio fiscal e a indisponibilidade de um comparável ecossistema de serviços industriais os colocam em desvantagem e condena alguns países a se limitarem a acolher maquilas.


A esta altura, para competir e ter um lugar ao sol na indústria global, será necessário focar e concentrar esforços para desenvolver tecnologias, inovações, logística, marcas e tantos outros serviços industriais, bem como trabalhar nos fatores habilitadores que viabilizem a industrialização das vantagens comparativas e competitivas de cada país. Afinal, ali residem as melhores e mais plausíveis oportunidades dos países emergentes. No caso, da América Latina, por exemplo, deveriam ser consideradas, dentre outras, a industrialização do agro, pecuária, pesca, mineração, terras raras, florestas e a bioeconomia, bem como a industrialização por meio das

energias verdes e renováveis e dos biocombustíveis, tal como defende a estratégia de negócios do powershoring.

Para ter mais chances de sucesso, a política industrial de países emergentes terá que ser pragmática, mirar alvos com olhos de águia e promover o desenvolvimento de um ecossistema industrial, que é elemento fundamental para uma transformação produtiva sólida, autossustentada e competitiva.

 13 de abril de 2023

 **Autor:** Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado

 **Fonte:**

[Clique aqui](#)



Países emergentes também estão buscando maior protagonismo industrial. Índia, Indonésia, México, Vietnã, Brasil, Costa Rica, Honduras, Chile e tantos outros perseguem esta trilha

EM BUSCA DO CRESCIMENTO PERDIDO





Anos atrás, publicamos neste mesmo espaço um texto sobre os desafios e perspectivas para o crescimento econômico da América Latina e Caribe (ALC). Muito se passou na economia global desde então alterando de forma significativa muitos parâmetros econômicos fundamentais e, desta forma, o crescimento que se observaria.

Dentre as alterações inesperadas estão incluídas uma devastadora pandemia, a guerra na Europa, o aumento das tensões geopolíticas, o processo de desglobalização, o aumento das barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias e as intervenções nos fluxos de capitais e nas fusões e aquisições. Mas não foi só. A taxa de crescimento econômico em nível global despencaria e é provável que tenhamos entrado num novo padrão de crescimento, este, mais baixo e com mais pobreza e desigualdade. Mas tampouco parou ali. A volatilidade tornou-se parte do dia a dia nos mercados, nos preços e na vida das pessoas e das empresas, o horizonte temporal encurtou e a percepção de incerteza e de riscos se generalizou. A inflação alcançaria patamares há muito não vistos e adentraríamos num ambiente de ameaça de estagflação. E indicadores de desempenho e de monitoramento de mercado perderiam potência para guiar decisões, o que dá uma ideia de como os mercados se desorganizaram.

Num ambiente como este, investimentos de maior impacto – normalmente aqueles que requerem capital de longo prazo e custo de capital mais favorável, como as infraestruturas – se retraem e dão lugar a movimentos especulativos. Para a ALC, que já vinha experimentando crescimento abaixo da média mundial, esse ambiente seria especialmente danoso. A região precisa desesperadamente encontrar o fio da meada do crescimento e recuperar o tempo perdido, se quiser manter a paz social e a estabilidade política. Afinal,

prosperidade compartilhada é grande aliada das democracias.

Mas o maior desafio da região não é crescer de maneira pontualmente rápida, mas crescer de forma sustentada. Crescimento sustentado refere-se a um padrão de crescimento caracterizado por marcha persistente e pouco volátil da taxa de crescimento. E não é preocupação menor. Evidências empíricas mostram que o grande salto dos países que hoje já são economias avançadas decorreu de períodos longos de crescimento econômico a taxas moderadas, mas persistentes no tempo, e não a taxas elevadas, mas erráticas, viabilizando, assim, um processo cumulativo e permanente de transformação econômica e social. Afinal, crescimento sustentado vem acompanhado de ambiente econômico mais previsível e de menos incertezas, requisitos fundamentais para se planejar, poupar, investir e alocar recursos de forma mais eficiente.

Nesse contexto global tão complexo, onde deveríamos apostar as nossas fichas para promover o crescimento sustentado da ALC? Preferencialmente, em atividades que ocuparão um lugar privilegiado na estrutura de demanda mundial ao longo das próximas décadas e que estejam ancoradas em setores em que a região já tem vantagens comparativas e competitivas. E também deveríamos apostar no gigantesco potencial de crescimento dos mercados interno e regional.

Quanto à parte internacional, ali estão incluídas as demandas de setores como alimentos, mineração e mudanças climáticas. A modo de exemplo, a Agência Internacional de Energia estima que serão necessários investimentos anuais no setor de energia de ao menos US\$ 4 trilhões para que se possa alcançar a neutralidade de carbono no globo até 2050. Já o aumento da classe média na Ásia implicará aumento desproporcional do



Dentre as alterações inesperadas estão incluídas uma devastadora pandemia, a guerra na Europa, o aumento das tensões geopolíticas, o processo de desglobalização, o aumento das barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias e as intervenções nos fluxos de capitais e nas fusões e aquisições




consumo per capita de grãos, proteínas, frutas e tantos outros alimentos.


A ALC ocupa lugar de destaque na produção agrícola e já é um dos maiores exportadores do mundo. Mas as condições para o aumento da produção sustentável são inigualáveis, o que dá à região espaço de manobra para ser muito mais ambiciosa e almejar agregar valor e exportar alimentos processados, que empregam muito mais gente, geram muito mais renda e fomentam cadeias de valor locais e regionais.


No que tange à mineração, a região também é muito bem-dotada e o futuro passa por aqui. Afinal, está na ALC muito do minério de ferro de mais alta qualidade, fundamental para o aço verde, e muitas das maiores reservas de lítio, níquel e tantos outros minérios críticos e até decisivos para o crescimento econômico mundial, o que também dá respaldo para a industrialização e exportação de valor agregado.

E, finalmente, a ALC tem posição invejável para gozar dos muitos benefícios do powershoring. A região é uma gigantesca potência energética com grande protagonismo em energias limpas e renováveis e em biocombustíveis e está desenvolvendo novas tecnologias e novas soluções para apoiar a transição climática. A grande capacidade de produzir energia verde, segura, barata e abundante, o distanciamento de temas geopolíticos e o aumento do compliance ambiental global põe à região condição privilegiada para receber plantas industriais estrangeiras intensivas em energia e que buscam proteger os seus interesses corporativos contribuindo, assim, para a aceleração e redução dos custos da descarbonização dos países de origem daquelas plantas, tais como os países europeus.

Apesar das dificuldades, há motivos para otimismo. Desde distintos indicadores, a região tem mostrado que é resiliente às crises e que goza da confiança dos investidores. De fato, a ALC é a maior receptora líquida de investimento direto estrangeiro em nível mundial e isso diz muito. Realizar todo o potencial de crescimento requer uma importante capacidade, pública e privada, de mobilização de recursos financeiros e não financeiros e de políticas públicas bem desenvolvidas, articuladas e implementadas. A ALC poderá ter um grande protagonismo na arena global e ser fonte de soluções e de crescimento sustentado e sustentável que beneficie à sua própria população e à população mundial. Será preciso, para isto, saber reconhecer, valorizar e aproveitar o imenso potencial que temos em nossas mãos.

 12 de maio de 2023

 **Autor:** Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado

 **Fonte:**

[Clique aqui](#)



UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPO





A década de 1980 testemunhou o início de mudanças que alterariam para sempre os destinos da economia global. A China de então entrava numa era de profundas transformações políticas e econômicas e buscava atrair investimentos estrangeiros aproveitando-se da extraordinária quantidade de mão de obra disponível e extremamente barata. Foi também naquela altura que começavam a tomar impulso mudanças tecnológicas que acelerariam o comércio e o investimento, ali incluídos a digitalização e a internet, avanços logísticos, como a containerização do comércio, integração dos mercados, adoção de padrões e certificações, dentre tantas outras.

Empresas americanas logo perceberiam a oportunidade de ganhos de eficiência e promoveriam o offshoring, ou estratégia de transferência de plantas industriais para a China, processo que se ampliaria e se sofisticaria dando fulcro à formação de cadeias globais de valor. Esta coluna é uma brevíssima história do tempo, o tempo da globalização, tal como ficaria conhecido aquele conjunto de mudanças.

De fato, entre 1990 e 2021, as exportações globais se aceleraram e cresceram 6,5 vezes. Estados Unidos, Alemanha e Japão, então os três maiores no setor, viram as suas vendas externas aumentarem 4,5, 5,1 e 2,8 vezes, respectivamente. Mas exportações da China cresceram nada menos que 80 vezes, o país se tornaria o maior vendedor e viria a ser conhecido como a “fábrica do mundo”.

Mas o tempo passou, muita coisa aconteceu e, desde meados da década passada, a concentração da produção na China começou a ser questionada e mostrar excessiva exposição a fatores externos como o populismo, a geopolítica e a pandemia, que levariam ao rompimento de contratos e a problemas de abastecimento de insumos e

produtos. Para reduzir a dependência da China, governos ocidentais passaram a promover estratégias como o reshoring e o nearshoring, que visam trazer de volta para casa ou para perto de casa plantas industriais estacionadas naquele país asiático.

Mas muitos analistas e estrategistas corporativos apontam que essa nova estratégia repete o erro anterior da concentração. Além disto, apontam que os tempos atuais requerem uma estratégia adaptada às novas circunstâncias e condições, ali incluídos o aumento do custo da energia, o aumento da intensidade e frequência dos eventos naturais extremos, o crescente endurecimento do compliance ambiental e as crescentes preocupações com temas geopolíticos, como a guerra na Europa e as tensões entre Estados Unidos e China.

Como consequência, tem emergido, e com cada vez mais força, a visão de que é necessário promover a diversificação geográfica, e não a concentração das plantas industriais e das cadeias de produção, de tal forma a garantir a resiliência e proteger, desta maneira, os interesses das empresas e dos consumidores. Já a eficiência está ganhando novos contornos. Se, antes, os custos laborais eram o fator mais crítico para a geografia das plantas, agora, é a energia que está ganhando protagonismo na agenda de competitividade das empresas. Afinal, o compliance ambiental, os custos energéticos e a mudança do perfil do consumo estão entrando em cena influenciando os investimentos e a localização da produção. A energia verde, segura, barata e abundante está cada vez mais no centro das decisões da localização da produção.

Alguns analistas pleiteiam que a globalização tal como a conhecemos teria chegado ao fim e que o comércio e o fluxo de capitais e investimentos deverão até mesmo diminuir. A hipótese parece exagerada, pois não



A China de então entrava numa era de profundas transformações políticas e econômicas e buscava atrair investimentos estrangeiros aproveitando-se da extraordinária quantidade de mão de obra disponível e extremamente barata






considera os interesses das empresas e dos mercados. O que, provavelmente, veremos é uma nova etapa da globalização, que combinará elementos de resiliência com a moderna agenda de eficiência, embora com algum contorno político-regional e, talvez, com escopo menos amplo. O powershoring é a expressão mais visível dessa "neoglobalização", posto que é uma estratégia de localização de plantas industriais ancorada na resiliência e na eficiência associada à energia verde.

Em razão da sua singular condição para produzir energia limpa e renovável, de já ter uma matriz energética relativamente limpa para padrões mundiais, de estar desenvolvendo ambiciosas carteiras de projetos na área, de já ter ambiciosos planos e projetos de produção de hidrogênio verde (H2V), de liderar a agenda de biocombustíveis e de estar desenvolvendo novos modelos de negócios e novas tecnologias para o setor energético, a região da América Latina e o Caribe (ALC) desponta como um dos grandes potenciais participantes da neoglobalização. Além disto, a ALC tem localização geográfica privilegiada, está distante de temas geopolíticos e tem governantes cada vez mais conscientes da relevância estratégica da agenda ambiental para o desenvolvimento econômico e social.

O neoglobalização poderia ser a ponta de lança da industrialização da região, que poderia ter quatro eixos sinérgicos e complementares: a atração de plantas industriais em razão do powershoring; a atração de novos investimentos em energias renováveis e H2V; sediar a formação de um hub global de produção de equipamentos, serviços e manutenção de energias renováveis e H2V; e a atração de investimentos que miram a agenda de biocombustíveis e novas tecnologias. Portanto, trata-se de um processo de industrialização em que a energia limpa, os investimentos verdes, as

vantagens comparativas, o compliance ambiental, o capital estrangeiro, a exportação, a tecnologia e a inovação exerceriam papel determinante, ao tempo em que combina o respeito e a proteção ao meio ambiente com a agenda do desenvolvimento.

Investimentos no âmbito da neoglobalização poderão "arrastar" e dar tração a negócios de muitos setores industriais e de serviços, financeiros e não financeiros, e poderão ser decisivos para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento regional. Para sacar todos esses potenciais benéficos, os governos da região precisarão entender a oportunidade que toca à porta, preparar estratégias adequadas, definir prioridades, trabalhar de maneira muito próxima ao setor privado e colocar em curso uma agenda executiva que viabilize a incorporação dos benefícios o mais rapidamente possível desta que poderá ser a maior e mais potente fonte de transformação das economias da região.

 09 de junho de 2023

 **Autor:** Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado

 **Fonte:**

[Clique aqui](#)



O neoglobalização poderia ser a ponta de lança da industrialização da região, que poderia ter quatro eixos sinérgicos e complementares: a atração de plantas industriais em razão do powershoring; a atração de novos investimentos em energias renováveis e H2V

QUEM VAI LIDERAR A MANUFATURA VERDE?





À medida que o mundo considera formas mais sustentáveis de crescimento econômico, países e empresas estão se posicionando para a emergente economia verde desde diferentes perspectivas. Uma delas é a manufatura. Para se cumprir o compromisso do net-zero em 2050, será necessário implementar a mais profunda e rápida mudança de estrutura econômica da história para converter a produção de aço em aço verde, a de plástico em plástico verde e por aí vai. Estima-se que serão necessários investimentos anuais até 2050 de pelo menos US\$ 3,3 trilhões para se promover aquela conversão. Para esverdear a manufatura, vários fatores habilitadores deverão estar postos, sendo o mais crucial a disponibilidade de energia verde, segura, barata e abundante para uso nas cadeias de produção.

A manufatura verde está alinhada com regulamentações ambientais cada vez mais rigorosas e metas de sustentabilidade estabelecidas por vários governos e organizações internacionais. Ao atender a esses requisitos, os fabricantes garantem conformidade regulatória e obtêm acesso mais fácil a mercados, expandindo oportunidades de novos negócios. Os fabricantes que investem em tecnologias sustentáveis têm acesso a equipamentos de ponta, sistemas de controle avançados e ferramentas de otimização de processos, o que resulta em maior eficiência operacional, redução do desperdício e aumento da produtividade. O uso de energia limpa também reduz o custo energético num contexto em que a energia renovável já é mais barata que a fóssil. E tudo isto se transforma em vantagem competitiva.

Mas a manufatura sustentável vai além do compliance e da eficiência operacional – as tecnologias que devem ser adotadas capacitam as empresas a serem ambientalmente responsáveis, economicamente resilientes e socialmente conscientes. A produção

sustentável também eleva a reputação da marca e o engajamento das partes interessadas da empresa. No final, tudo isto leva à ocupação de novos espaços de mercado. Ali estaria a razão principal da feroz corrida global pela liderança da manufatura verde, com o emprego até de uma espécie de “vale-tudo”, tal como representado por legislações recentemente aprovadas pelos Estados Unidos e Europa, que promovem um sem precedentes conjunto de subsídios, discriminação e protecionismo em favor da manufatura verde.

A mudança em direção à manufatura verde apresenta uma oportunidade para vários países se estabelecerem como líderes em práticas e tecnologias sustentáveis. Dentre estes, a China se destaca como forte concorrente em razão de suas capacidades já estabelecidas e comprovadas na manufatura e ambiciosas metas de energia renovável. Mas a China enfrenta desafios, incluindo a necessidade de ainda fazer uma ampla conversão da matriz elétrica e de ter que enfrentar temas geopolíticos complexos que impactam o comércio e o acesso a mercados.

Já os Estados Unidos e a Europa perseguem políticas industriais altamente ambiciosas para se estabelecerem na manufatura verde. Mas, em linha com a China, ambos ainda têm que enfrentar uma longa e custosa jornada para esverdear a matriz elétrica, estão expostos a temas geopolíticos e partem de uma situação de desvantagem em termos de tamanho e integração do parque fabril, já que há muito a manufatura já não ocupa espaço importante nas respectivas economias.

A América Latina e o Caribe (ALC) também poderia contestar parcela da manufatura verde e a razão principal é a enorme disponibilidade de energia verde. De fato, vários países da região já têm matrizes elétricas majoritariamente verdes e deverão esverdeá-la ainda



A manufatura verde está alinhada com regulamentações ambientais cada vez mais rigorosas e metas de sustentabilidade estabelecidas por vários governos e organizações internacionais






mais nos próximos poucos anos. Esta condição dá à região uma grande vantagem de tempo e de custo de investimentos e permite que, desde já, possam brindar as cadeias de valor com a possibilidade de produção com baixa emissão, uma vantagem competitiva única. É disto que trata o powershoring. Agregue-se que a região está protegida de temas geopolíticos complexos, tem localização privilegiada e deverá fazer parte da nova geografia global dos investimentos, que busca diversificar a localização das plantas industriais por um tema de resiliência.


Mas os benefícios que a região oferece vão muito além. Vários países contam com muita disponibilidade de água, imensas reservas de minerais críticos, como o lítio, níquel, cobre, terras raras e minério de ferro de alto teor, e biodiversidade especialmente rica e que pode ter papel distintivo para a manufatura sustentável e para o mercado de carbono. Contam, ainda, com vastas florestas e terras agrícolas que oferecem amplas oportunidades para o abastecimento de importantes matérias-primas industriais. A região também está se engajando em compromissos com a preservação ambiental, o que é fundamental para atrair investidores e consumidores que priorizam a produção responsável. Tudo isto posiciona a região como fornecedora confiável de produtos manufaturados sustentáveis.


Liderar a fabricação sustentável requer, no entanto, uma abordagem abrangente e proativa, incluindo estabelecer um forte compromisso com a sustentabilidade; identificar fontes de financiamento; concentrar-se no desenvolvimento de produtos verdes; garantir a expansão da energia limpa; implementar medidas de eficiência energética; promover o mercado de carbono; otimizar a eficiência no uso dos recursos; fomentar uma cultura de inovação; colaborar e envolver os stakeholders; investir em treinamento e educação

profissional com os conhecimentos e habilidades necessários para a economia verde; e comunicar as iniciativas sustentáveis. Será também importante demonstrar consistentemente a liderança ambiental e assumir um papel de destaque para um futuro sustentável.

É provável que testemunharemos uma alteração no cenário atual da manufatura global. Muitos setores incumbentes de países com vantagens comparativas e competitivas poderão se atrasar na conversão para o verde, os custos de conversão poderão ser proibitivos, ou ainda, não terão à disposição muitos dos requerimentos para lograr êxito, sugerindo que poderão perder espaço de mercado. Tudo isso contribui para que a ALC possa ambicionar participar da economia verde pela porta da frente, e não apenas como fornecedor de commodities verdes, o que a permitirá transformar a sua economia e resolver de uma vez as suas maiores chagas, que são a pobreza e a desigualdade. Mas, para isto, será necessária muita ambição, determinação, objetividade e capacidade de coordenação, execução e implementação de políticas.

 21 de julho de 2023

 **Autor:** Jorge Arbache,
Vice-presidente do Setor Privado

 **Fonte:**

[Clique aqui](#)



É provável que testemunharemos uma alteração no cenário atual da manufatura global. Muitos setores incumbentes de países com vantagens comparativas e competitivas poderão se atrasar na conversão para o verde, os custos de conversão poderão ser proibitivos, ou ainda, não terão à disposição muitos dos requerimentos para lograr êxito, sugerindo que poderão perder espaço de mercado.

**OS DESAFIOS E
OPORTUNIDADES
PARA IMPLEMENTAR
E FINANCIAR A
INDÚSTRIA VERDE
NA REGIÃO**





O assunto da transição energética ganhou tração depois que 195 países ratificaram o acordo de Paris em 2015. O acordo prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa para evitar que a temperatura global exceda 2°C no final do século; comparado com a era pré-industrial. Os esforços globais, desde então, se concentraram em uma corrida contra o tempo e algumas regiões, como a União Europeia, que veem estabelecendo metas para se convergir em uma economia de baixo carbono até 2050.

Podemos comparar este esforço de descarbonização como uma corrida de obstáculos, com várias barreiras a serem transpostas em um curto espaço de tempo. A primeira barreira está associada ao tema da matriz energética de um país, que é o conjunto de fontes de energia disponível para movimentar carros, casas e indústrias, enquanto a matriz elétrica, que está contida dentro da matriz energética, é responsável por gerar eletricidade para as distintas atividades econômicas.

Em 2020, segundo dados da Agência Internacional de Energia – AIE, 82% da matriz energética e 71,4% da matriz elétrica do mundo eram derivadas de fontes não renováveis. Para detalhar um pouco estes dados, nos EUA estes indicadores representaram respectivamente 92% e 61%, na China 90% e 67%, na Alemanha 83% e 59%, no Reino Unido 86% e 58%, na França 88% e 78%, no Chile 70,5% e 46,3%, no Uruguai 41,1% e 23,8%, na Colômbia 75,6% e 30,4% e no Brasil 50,3% e 15,4%.

Dados publicado pelo Banco Mundial, indicam que a população mundial alcançou, em 2022, 7,9 bilhões de pessoas e um PIB de USD 101 trilhões. Em termos percentuais, referente a relação da população e PIB, os indicadores para os EUA representaram, respectivamente, comparado com o total mundial, 4,2% e 25,1%, para China, os números foram de 17,9% e 17,7%, para a União Europeia foram de 5,7% e 13,9 e para os países da região,

selecionados (Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia), estes percentuais, somados, foram de 3,7% e 4,6%.

Considerando toda a estatística, o que se observa é que muitos países terão um caminho longo e custoso para realizar a descarbonização de suas economias, enquanto os países da região, dado o esforço realizado nas últimas décadas para criar uma matriz energética e elétrica suficientemente robusta, diversificada e renovável, terão, por sorte, menor custo e menor tempo associado a este processo e gozam de uma vantagem comparativa robusta que servirá para impulsar a neointustrialização verde na região. Ademais, juntos, contam com nível de população e PIB relevantes comparado ao contexto mundial.

O segundo obstáculo, virando a curva, será reduzir as emissões de CO2 e outros gases responsáveis pelo aquecimento global. Em 2021, segundo dados da Comissão Europeia e da AIE, o mundo atingiu a marca de 37,8 Gt CO2 de emissões. China, EUA, UE, Índia e Rússia emitiram, juntos, 65% desse total e os países da região foram responsáveis por 1,74% das emissões globais. Pela ótica dos setores, o maior emissor é o setor de energia, seguido, pelo industrial e logo pelo de transportes que, juntos, contribuem com 91,43% das emissões globais.

Para transpor o segundo obstáculo, principalmente para os países desenvolvidos, dependentes de uma matriz energética não renovável e que são, a reboque, os grandes emissores de CO2, lançaram uma série de legislação com incentivos e subsídios para atingir o net zero em 2050. Os EUA lançaram uma legislação chamada Inflation Reduction Act-IRA que é um pacote de USD 394 bilhões para fomentar os setores de energia renovável com o objetivo de diminuir as emissões nas próximas décadas. Em resposta aos americanos, a



Dados publicado pelo Banco Mundial, indicam que a população mundial alcançou, em 2022, 7,9 bilhões de pessoas e um PIB de USD 101 trilhões.



União Europeia-UE prometeu USD 1,09 trilhão para o mesmo fim, que estão chamando de EU-Green Deal Investment Plan. O Reino Unido, o Japão, e outros países também estão buscando ferramentas parecidas para acelerar o processo de descarbonização. Além disso, a UE aprovou um imposto chamado Carbon Board Adjustment Mechanism-CBAM que visa taxar produtos e/ou barrar produtos importados pela UE que contenham acima de um limite permitido emissão carbono em sua produção. Estes tipos de subsídios e de protecionismo catalisarão os investimentos em energia renovável, indústria e transporte verde e têm o efeito de atrair, em uma primeira instância, projetos greenfield e recursos de investidores institucionais para estes países.

Os dois elementos, mudança da matriz energética e a redução das emissões associado ao avanço da tecnologia, levam a pensar que estamos no meio da segunda revolução industrial, onde os motores para a sua consolidação passam prioritariamente pela a adoção de energias renováveis e plantas industriais eficientes e sustentáveis que gerarão os insumos e produtos manufaturados verdes do futuro como: o aço verde, o fertilizante verde, os químicos verde, cimento verde, entre outros insumos capazes de contribuir para descarbonização, diretamente e indiretamente, das cadeias de produção industriais e dos transportes.

Outro tema que está na ordem do dia, é a utilização em larga escala do hidrogênio (H₂) como combustível. O hidrogênio é um dos elementos químicos mais abundantes na natureza e possui um poder calorífico que pode ser 10x maior que de outros combustíveis. O processo para obter o H₂ pode derivar do gás natural e outros hidrocarbonetos que gera o H₂ cinza, pois libera CO₂, apesar de menor quantidade quando comparado a queima de outros combustíveis derivados de fontes não renováveis. Já o H₂ Verde

(H₂V) é gerado a partir da separação das moléculas da água, via corrente elétrica, eletrólise, onde libera-se o hidrogênio separado do oxigênio. Este processo consome uma grande carga de energia e este insumo deve ser provido de uma fonte renovável e certificada de geração de energia. A utilização do H₂V é ideal para dar eficiência aos processos industriais e de transporte e consequentemente descarbonizar estes setores.

Com esta contextualização, como os países em da região podem enfrentar a enxurrada de subsídios e protecionismo outorgados pelos países desenvolvidos e fomentar e financiar a indústria verde? Como reflexão inicial, ao analisar o IRA e o EU Green deal, a decisão microeconômica e de longo prazo de um grupo industrial não deveria ser respaldada integralmente nestes mecanismos, subsídios, considerando que em caso de descontinuação da política de incentivos, o custo de produção ou de realocação de uma planta industrial poderia levar a perda de milhares de dólares. Desta forma, não concentrar a produção em um determinado país, deveria ser uma opção mais adequada para os grupos industriais transnacionais em suas tomadas de decisões.

Um outro elemento associado a escalada da produção do H₂V é a ideia de exportar esse combustível, em forma de gás ou de amônia, de países da região para países desenvolvidos, que é a velha ideia de “comoditizar” mais um precioso insumo da região. Não obstante, ao não dispor de uma tecnologia disponível para o transporte de longas distâncias e mesmo que com o avanço da tecnologia esta atividade se torne viável, especialistas apontam que existe um alto custo, cerca de 40% de perda, associado a conversão do H₂V para amônia líquida e depois a reconversão à forma de gás novamente. Por outro lado, utilizar o H₂V na sua origem significa uma janela de oportunidade para Powershoring e a neointustrialização verde dos países da região.



**Os dois elementos,
mudança da matriz
energética e a
redução das emissões
associado ao avanço
da tecnologia, levam
a pensar que estamos
no meio da segunda
revolução industrial**





O Powershoring é uma estratégia empresarial que ajuda a neointustrialização verde dos países da região que são ricos em energia renovável, barata, segura e abundante. Que, também, contam com localização geográfica privilegiada, livre de conflitos geopolíticos, ausência de eventos climáticos severos e dispõem de uma infraestrutura adequada mínima que é o caso dos países da região. Somado estes atributos, eles se posicionam como localização preferente para a atração de plantas industriais com alto consumo de energia e capazes de produzir os novos produtos manufaturados verdes que poderão ser consumidos no mercado local ou exportados para outras partes do mundo. Em última instância o Powershoring ajuda a reduzir as emissões de gases do efeito estufa a nível mundial, gera créditos de carbono e apoia no processo de descarbonização de processos industriais e das economias dos países desenvolvidos.

Segundo uma notícia publicada recentemente, uma planta de aço verde que está sendo instalada na Europa e produzirá uma chapa de aço com valor final 20% maior que a chapa de aço comum, com uso intenso de H2V. Os países da região atraindo este tipo de planta, seguramente terão uma vantagem comparativa para receber o investimento e de reduzir este delta, considerando que são um dos maiores produtores de minérios de alta qualidade do mundo, contam com uma matriz elétrica de 71% derivada de fontes renováveis e ao utilizar o H2V, têm a capacidade de contribuir com a descarbonização, direta e indiretamente, das economias dos países desenvolvidos e mais poluidores do planeta.

Outra notícia recentemente vinculada, expõe o plano dos EUA em aumentar em USD 1 bilhão os subsídios para destravar o uso H2V. Subsídios anunciados anteriormente, como o IRA e The Bipartisan Infrastructure Law, que somam mais USD 8 bilhões, somente para o H2V, se

mostram insuficientes para garantir os investimentos necessários pelo setor privado nos hubs regionais de hidrogênio naquele país. O pano de fundo, para o plano não decolar, repousa na falta de contratos de longo prazo (ofttakers), que garante a produção, venda e utilização do H2V no mercado e nas incertezas sobre a real política de descarbonização da economia dos EUA. Este atraso, inesperado, outorga mais tempo para os países da região avançarem com a narrativa ao redor do Powershoring.

Adotar o Powershoring, como estratégia para forjar uma política industrial moderna para os países da região, seria uma das chaves para que os países da região possam destravar todo o potencial e se tornarem uma solução viável para o mundo em matéria de descarbonização. A restrição fiscal enfrentada por estes países é um ponto de atenção, considerando que seria inviável associar fundos públicos para enfrentar os pesados subsídios anunciados pelos países desenvolvidos. Neste contexto, uma política industrial deveria contar com subsídios mínimos e temporais para promover a indústria de eletrolizadores e novas indústrias verdes, capacitação de mão de obra especializada, requalificar zonas industriais, financiamento de bancos oficiais, promoção das capacidades dos países no exterior, estabilidade regulatório, previsibilidade jurídica, atenção à coordenação executiva dos atores públicos e privados etc.

Os bancos de desenvolvimento e públicos como o BNDES, Banco do Brasil BNB, BRDE, BDMG, Caixa Econômica, FDN, Bancoldex, CORFO, BancoEstado, deveriam se alinhar para fornecer produtos e serviços financeiros e não financeiros dirigidos para a agenda do Powershoring e priorizar os projetos mais maduros low-hang-fruits. Ademais, deveriam mobilizar recursos internacionais dos bancos multilaterais, com o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, para enfrentarem os pesados subsídios anunciados pelos EUA, UE e outros países.



BIO

O Powershoring é uma estratégia empresarial que ajuda a neointustrialização verde dos países da região que são ricos em energia renovável, barata, segura e abundante




BIO



Também, fundos de investimentos locais e internacionais com visão regional como o Pátria, o Vinci, a Atlantica, Actis, a Blackstone, o Moneda, a CAF-AM, a Ashmore, BNP Paribas, e o BTG deveriam apoiar a atração de recursos institucionais internacionais para aplicarem em projetos de alto impacto associados ao Powershoring nos países da região.

A corrida parece ser longa, contudo, a partir do terceiro ou quarto obstáculo, os competidores começarão a se emparelhar e o catching-up referente a matriz energética, graças aos pesados subsídios poderão ser reduzidos ou até eliminados. Chegando neste ponto da corrida, os países da região já deverão ter avançado várias outras barreiras em direção a se converterem em provedores sólidos de insumos e produtos manufaturados verdes para o globo e assim não perderem a latente oportunidade de converterem suas economias em mais prosperas, com menos desigualdade, menos volatilidade, com mais oportunidades e que pudera experimentar um crescimento sustentável, sustentado e duradouro.

 24 de julho de 2023



Autor: Marcelo dos Santos,
Executivo Sênior do Setor
Privado



Fonte:

[Clique aqui](#)



INVESTIR NA AMÉRICA LATINA. SERÁ?





A mais importante fonte de atividade econômica das próximas décadas será a economia do baixo carbono. Afinal, teremos que praticamente reinventar em bases verdes tudo o que produzimos e consumimos e o como consumimos. Esta espetacular transformação resulta da necessidade e não de opção, mas estamos demasiado atrasados e corremos contra o relógio para evitar uma catástrofe ambiental. Em curto, teremos que encontrar os meios para acelerar a transição para uma nova geração de produtos e serviços verdes, o que requer condições de produção distintas das que temos hoje. Para isto, serão necessários muita energia verde, muita água e muitos minerais da economia do baixo carbono.

A América Latina e Caribe (ALC) é a região mais bem posicionada para apoiar o planeta nesta missão, já que vários países já contam com matrizes energéticas bastante verdes, têm muitas das maiores reservas de água doce e muitas das maiores reservas de minerais da nova economia, como o lítio, níquel, cobre, grafite e minério de ferro de alto teor. A região ainda dispõe de outras condições de grande interesse global, como a maior floresta tropical, vários dos mais importantes biomas, a mais rica biodiversidade e enorme potencial para sediar grandes mercados globais de créditos de carbono e de bioeconomia.

Mas os atrativos da região não param ali. A ALC tem população jovem, muitos novos investimentos em energias renováveis, imenso e crescente protagonismo no fornecimento global de alimentos, um rico ecossistema de capital empreendedor e o powershoring para atender às crescentes necessidades das empresas para esverdear a produção. Ao não estar envolvida em guerras e outros temas geopolíticos e ter boas relações comerciais com Estados Unidos, Europa e Ásia, empresas operando na região não estão submetidas aos mesmos regimes de intervenções, controles, proibições, discriminações e

protecionismo, fatores que têm trazido incertezas e instabilidades para negócios em outras regiões.

A ALC também está se reposicionando em temas de política econômica. A modo de exemplo, considere a inflação e as políticas monetária e fiscal da região, que hoje são referência de prudência e já não mais de falhas de política. Bancos centrais independentes e ações decisivas têm contido a inflação e, mesmo com mudanças de orientação política, os novos governantes têm preservado políticas econômicas criteriosas. Assim que não seria exagero considerar que a economia da ALC já está relativamente melhor posicionada na economia global e, não por acaso, várias das moedas da região têm se fortalecido.

É certo que a melhoria na situação de alguns países da região resulta, em parte, de fatores fora do controle de governos locais, como a guerra da Ucrânia e o levantamento de restrições pós-pandemia na China, que aumentaram a demanda por produtos alimentares e minerais. Mas a estrutura de oferta verde da região combinada com mudanças na estrutura de demanda decorrentes de compromissos ambientais, novas normativas, mudanças nas preferências dos consumidores, maior responsabilidade social corporativa e novas tecnologias e modelos de negócio estão conformando um desenvolvimento benigno que, muito provavelmente, impulsionará o crescimento do PIB e elevará ao longo das próximas décadas os preços relativos de várias das commodities da região, com impactos potencialmente profundos nos termos de troca e nas balanças de pagamentos da região.

Essas características colocam a ALC numa posição privilegiada para participar da economia mundial desde as novas cadeias globais de valor (NCGV), que têm na resiliência e na sustentabilidade o seu fio condutor, e já



A América Latina e Caribe (ALC) é a região mais bem posicionada para apoiar o planeta nesta missão, já que vários países já contam com matrizes energéticas bastante verdes, têm muitas das maiores reservas de água doce e muitas das maiores reservas de minerais da nova economia, como o lítio, níquel, cobre, grafite e minério de ferro de alto teor



não foca apenas na eficiência. O powershoring e outras vantagens comparativas e competitivas colocarão a região numa posição central nas NCGV, especialmente em setores intensivos em energia, em setores que necessitam de energia abundante e segura e em setores intensivos em água, bioeconomia, minerais críticos, grãos e proteínas.

Empresas e mercados da região também são outro atrativo para investidores. Muito embora muitas empresas persigam políticas de menor alavancagem que as suas contrapartes, tenham balanços relativamente mais prudentes, apresentem menores taxas históricas de inadimplência e tenham enorme potencial de crescimento doméstico e regional, as agências de risco limitam, muitas vezes injustamente, as classificações de risco corporativo ao teto do risco soberano. Mas essa condição de subavaliação já desperta atenção e cada vez mais investidores consideram países da região como sítios especialmente atraentes para estratégias de M&A.

Ainda que muitas condições conspiram em favor da região, nada disto garantirá êxito. Para converter todo esse imenso potencial em resultados concretos, será preciso abraçar o crescimento sustentável e sustentado como pilar da política econômica, implementar políticas consistentes e coerentes, estabelecer e fortalecer marcos institucionais e regulatórios, aumentar a previsibilidade jurídica, capacitar capital humano, investir em P&D, aumentar investimentos em infraestrutura e em tecnologias digitais e encontrar fontes seguras e baratas de financiamento de longo prazo.

Algumas economias da ALC deverão crescer já nos próximos anos mais do que os especialistas previam. O Brasil, que é maior economia regional, está levando adiante importantes reformas econômicas que deverão dar ainda maior respaldo para o crescimento do país e

da região. Os mercados de capitais e a bolsa de valores já acusam resultados e a classificação de risco e o custo do capital já apontam melhoras.

No ano passado, o Brasil recebeu US\$ 92 bilhões em investimento estrangeiro direto (IED), tornando-se o quinto destino de investimentos do mundo, e o México igualmente saiu bem na foto, isto tudo apesar de que os fluxos globais de IED tenham caído em comparação com 2021. De fato, surveys com CEOs e gestores de fundos globais estão olhando a ALC com crescente otimismo e espera-se que o IED rompa novos recordes nos próximos anos. O setor de petróleo e gás poderá ter importante papel a cumprir ao ajudar a financiar a agenda acima e ao enquadrar-se nos marcos e compromissos ambientais. Afinal, a região não pode se dar ao luxo de renunciar à esta enorme fonte própria de financiamento.

A ALC parece, portanto, especialmente bem-posicionada para atacar as suas velhas chagas – a pobreza e a desigualdade, e ajudar o planeta a enfrentar muitos dos seus maiores desafios. Assim que é inevitável pensar que o êxito da ALC será o êxito de todos nós.



No ano passado, o Brasil recebeu US\$ 92 bilhões em investimento estrangeiro direto (IED), tornando-se o quinto destino de investimentos do mundo

CAF BANCO DE DESENVOLVIMENTO
**DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE**

